

TURISMO, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SUSTENTABILIDADE: O CASO DO PROJETO TAMAR EM PRAIA DO FORTE - BAHIA

Vivian Costa Brito *

Resumo

Resumo: O objetivo deste estudo é saber se a articulação do Projeto TAMAR com a atividade do turismo conduz a um desenvolvimento turístico regional vinculado a práticas sustentáveis. Para isso, foi realizada uma pesquisa de campo de caráter exploratório, observando aspectos quantitativos e qualitativos, a partir da aplicação de formulários, junto aos turistas, comunidade, empreendimentos hoteleiros e extra-hoteleiros e entidades do setor. Os resultados apontam conflitos, vinculados ao avanço dos empreendimentos imobiliários voltados para o turismo, segunda residência ou comércio, que concorrem com os proprietários das pousadas e alteram a paisagem da região, descaracterizando a vila de pescadores e ocupando os espaços dos recursos naturais existentes. Pois, existe uma grande concentração de uso de recursos naturais pelos grandes empreendimentos imobiliários, redes hoteleiras e de comércio e a comunidade se encontra à margem desse processo. O turismo e o Projeto TAMAR coexistem, mas não possuem ações de cooperação ou de compartilhamento de responsabilidades voltadas para qualificação do produto turístico local. Apesar de o produto turístico ser comercializado com forte apelo ecoturístico, diversas ações ou estruturas, não condizem com os padrões de baixo impacto e controle sobre a visitação.

Palavras-chave: turismo; desenvolvimento sustentável; qualidade ambiental; desenvolvimento regional.

Abstract

The objective of this study is whether the joint TAMAR with activity conducive to a regional tourism development linked to sustainable practices. For this, a survey was conducted exploratory field, observing quantitative and qualitative aspects, from application forms, with tourists, communities, hotel businesses and non-hotel sector entities. The results indicate conflicts linked to the advancement of real estate projects aimed at tourism, second home or business, competing with the owners of lodges and alter the landscape of the region, disfigure the fishing village and occupied the spaces of natural resources. Well, there is a large concentration of resources in large businesses, and trade chains and the community is on the edge of this process. Tourism and TAMAR coexist, but do not have cooperation actions or sharing of responsibilities aimed at qualifying the local tourist product. Although the tourism product to be marketed with strong ecotourism, several actions or structures, not consistent with the standards of low-impact and control over visitation.

Keywords: tourism, sustainable development, environmental quality; regional development.

* Mestre em Análise Regional pela Universidade Salvador. Bacharel em Turismo. Consultora na área de turismo em Foz do Iguaçu/PR. E-mail: vivianbritofoz@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A crise ambiental exposta pela mídia e discutida nos fóruns e congressos mundiais durante os últimos 50 anos, fez surgir os movimentos ambientalistas no mundo. Um dos grupos pioneiros no Brasil é o Projeto Tartarugas Marinhas (TAMAR), que tem por objetivo preservar esses animais. Este foi se consolidando ao longo do tempo e atraindo inúmeros visitantes às suas bases. A principal base é a de Praia do Forte, onde está situada sua sede nacional, na qual foi criado o primeiro centro de visitação, a fim de melhorar o atendimento à demanda de visitantes e turistas para o empreendimento. O Projeto TAMAR é o principal atrativo do Litoral Norte da Bahia e sua associação com o turismo é clara por ser um atrativo turístico, quando se observa os materiais de divulgação dos destinos e empreendimentos hoteleiros. Tendo este surgido com base em uma corrente ambientalista, e necessariamente atrelada ao fluxo turístico pelo seu poder de atração, quais as contribuições que o TAMAR fez ao longo do tempo à orientação de práticas sustentáveis na localidade?

A inserção de um projeto ambiental na localidade modificou ou atraiu o interesse de pessoas e organizações com o enfoque em preservação e conservação ambiental? Ou será que o fato do apelo ecológico contido no escopo do Projeto TAMAR surtiu apenas um efeito de oportunismo para os empreendimentos utilizarem do verde como uma grande estratégia para atrair clientes? Não só foram os clientes atraídos pelo produto, bem como, foi preciso muito investimento público para oferecer ao turista o padrão de qualidade exigido ao turismo internacional. O enfoque do turismo em Praia do Forte sempre está centrado na relação entre oferta e demanda? Como ficou a comunidade neste contexto?

Diante de tais questionamentos, surge o objeto central de análise deste

estudo de caso, que é resultante da dissertação de mestrado da autora (Brito, 2008) e de uma análise comparativa com a realidade encontrada atualmente: a articulação do Projeto TAMAR com a atividade do turismo em Praia do Forte conduz efetivamente a um desenvolvimento turístico regional fundamentado em práticas sustentáveis? Neste escopo está presente uma problemática vinculada às questões paradigmáticas da sustentabilidade e do desenvolvimento, agregando a relação da atividade turística articulada ao Projeto TAMAR em Praia do Forte.

2. DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE E A EMERGÊNCIA POR UMA QUALIDADE SOCIOAMBIENTAL

A inquietude a respeito da relação entre sociedade e natureza se intensifica a partir do século XX, quando as discussões sobre o tema tornam-se acirradas e alinhadas com as questões paradigmáticas do Desenvolvimento Sustentável, dos efeitos da Globalização e das possibilidades que traz o símbolo da Ecologia, conforme expressa Araújo (2003, p. 33) em seu artigo Do Global ao Local. Neste estudo são delineadas as principais discussões e as soluções apresentadas para equacionar a relação entre sociedade, desenvolvimento e natureza, à luz do conceito de sustentabilidade.

A preocupação com o meio ambiente se intensificou a partir da década de 1970 com a Conferência de Estocolmo (1972), principalmente com críticas severas ao modelo de desenvolvimento aplicado, passando-se a questionar o modelo de base econômica. Essas discussões que antes eram consideradas aspectos que só interessavam aos ambientalistas, na década de 1980 passam por uma transformação profunda, abarcada de vez pela comunidade científica

e o surgimento de um modelo de desenvolvimento, denominado desenvolvimento sustentável. O conceito de Desenvolvimento Sustentável aparece pela primeira vez em um documento oficial através do *World Conservation Strategy*, lançado pelo PNUMA (ARAÚJO, 2003). O termo tem influência anglo-saxônica - *Sustainable Development* - e teve sua difusão na década de 1980, na qual surgiram outras expressões equivalentes: desenvolvimento durável, desenvolvimento viável e desenvolvimento sustentado.

A expressão desenvolvimento sustentável ficou popularmente conhecida no relatório *Our Common Future*, traduzido como *Nosso Futuro Comum*, ou Relatório Brundtland, como é mais conhecido, publicado em 1987. Seu conceito é definido como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades” (CMMAD, 1988, p. 46). Para Foladori (2002), a partir do *Nosso Futuro Comum*¹, com o conceito de desenvolvimento sustentável, desapareceu a dúvida se o ser humano devia ou não ser considerado como parte da preocupação da natureza.

O Relatório Brundtland (CMMAD, 1988) preconiza o conceito de desenvolvimento sustentável como modelo de produção que deve ser absorvido pelas lideranças empresariais, como forma de preservar o meio ambiente. Nesse sentido, sugere-se o uso de novos materiais na construção; reestruturação da distribuição de zonas residenciais e industriais;

¹ O documento apresentou uma crítica ao padrão de desenvolvimento assumido pelos países industrializados e reproduzidos pelos países em desenvolvimento. Neste documento são ressaltados os danos ao meio ambiente por uso excessivo dos recursos naturais sem nenhum estudo de capacidade de suporte dos ecossistemas. Compreende-se a incompatibilidade de se atingir um desenvolvimento sustentável a partir do modelo de produção e consumo da sociedade capitalista.

aproveitamento e consumo de fontes alternativas de energia, a solar, a eólica e a geotérmica; reciclagem de materiais reaproveitáveis; consumo racional de água e de alimentos; redução do uso de produtos químicos prejudiciais à saúde na produção de alimentos.

No entanto, o conceito de desenvolvimento sustentável é considerado pela literatura acadêmica como um avanço do termo ecodesenvolvimento, citado por Maurice Strong em 1973 (JACOBI, 1999), como fundamento básico da reunião de Cocoyoc no México, em 1974. O termo ecodesenvolvimento foi desenvolvido por Ignacy Sachs, o autor introduz o conceito de ecodesenvolvimento a fim de compatibilizar o desenvolvimento com o meio ambiente, aliado à idéia que era possível crescer sem destruir. Raynaud; Zaroni (1993 apud MONTIBELLER-FILHO, 2001) vincula o conceito de desenvolvimento sustentável com o desenvolvimento endógeno, dependente das forças locais.

O conceito de ecodesenvolvimento apresentado coloca a responsabilidade da base local na solução da problemática social e ambiental gerada pelo desenvolvimento econômico, como se as forças de base local pudessem frear os impactos provocados pelos mesmos.

Se o conceito de desenvolvimento sustentável é um avanço do termo ecodesenvolvimento, existem diferenças entre eles? O primeiro possui ênfase em uma política ambiental, com base na responsabilidade com os problemas globais e com as futuras gerações. E o segundo tem como objetivo atender as necessidades básicas da população, a partir do uso de tecnologias adequadas a cada ambiente e da discussão das relações sociedade e natureza, conforme explica Oliveira Filho (2004).

Sachs (1993) considera o ecodesenvolvimento e o desenvolvimento sustentável como sinônimos por possuírem pontos comuns, passando a adotar ambos os

conceitos indiscriminadamente. No entanto, ressalta que o ideal é poder tratar sobre o desenvolvimento sem colocar nenhum adjetivo “sustentável” ou prefixo “eco”. O autor, ao abordar a questão da sustentabilidade do ecodesenvolvimento, delimita cinco dimensões: (i) a dimensão social, com redução das disparidades sociais, incluindo os bens tangíveis e intangíveis; (ii) a dimensão econômica, com uma melhor destinação e gestão dos recursos, de origem público e privada e os indicadores para análise da mesma, deve ser fundamentado em critérios macro-sociais; (iii) a dimensão ecológica se relaciona com o uso sustentável e de baixo impacto, prevalecendo os ciclos biológicos sobre os mesmos. Além de salvaguardar os recursos energéticos e naturais; (iv) a dimensão espacial, maior distribuição espacial equilibrando cidade-campo; e a dimensão cultural, deve respeitar as singularidades dos lugares, ecossistemas e de cada cultura.

Para Sachs (1993) este modelo de desenvolvimento baseado na “*triple bottom line*”, prudência ecológica, equidade social e eficiência econômica, busca um equilíbrio do que é socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente saudável. Daí surge como paradigma à concepção de ecossistemas naturais. O ambiente passa a ser concebido como o todo onde o homem está inserido, a interação entre os elementos, juntamente com as estruturas criadas pelo homem, e os impactos destas no equilíbrio do ambiente.

Segundo Buarque (1996), o desenvolvimento sustentável é a interseção da “*triple bottom line*”, porém, esta interseção ainda é limitada e seu menor grau demonstra o grau de insustentabilidade do mesmo. Sua análise se fundamenta na abordagem tecnocentrista de que a tecnologia seria capaz de resolver a problemática ambiental. Pouco se discute em a respeito da relação entre homem e ambiente, vinculada às relações entre os atores locais e regionais do

desenvolvimento. Utilizando-se da afirmativa de Sachs (1986), o autor tenta convencer sobre a possibilidade de se ter crescimento e qualidade ambiental com base na redefinição dos padrões de uso dos recursos e das finalidades do crescimento. Para Buarque (1996), na relação entre pobreza e degradação ambiental, entre o processo técnico e emprego, é o processo técnico que pode gerar fatores de insustentabilidade social.

A introdução dos problemas ambientais no planejamento surgiu na década de 1970. A questão ambiental emerge como mecanismo e instrumento de controle e reorientação dos estilos de desenvolvimento. Buarque (1996) explica que o desenvolvimento sustentável parte de uma base ética remetida à solidariedade, uma solidariedade inter-regional em cada geração, pois não se pode falar em desenvolvimento sustentável isolado.

Sachs (1995 apud JACOBI, 1999) introduz a necessidade de uma percepção aprofundada dos ecossistemas e uma ideia que se aproxima do modelo de desenvolvimento endógeno, no qual recomenda um pluralismo tecnológico, com base em uma tradicional tecnologia de mão-de-obra intensiva como a de capital intensivo.

Foladori (2002) estabelece uma crítica à visão de Sachs (1993), enquadrando-a como tecnocentrista, ideologicamente comprometida com o capitalismo, uma das causas da problemática ambiental. O autor faz uma abordagem crítica sobre a sustentabilidade socioambiental e as barreiras impostas pela lógica do sistema capitalista. Este explica que a sustentabilidade ecológica é a que possui menos desacordo, pois é descrita pelo equilíbrio e manutenção de ecossistemas, conservação e manutenção de uma qualidade genética das espécies e que determina a resiliência diante dos impactos externos. Considera que o modelo de Sachs

(1993) concebe a sustentabilidade ecológica como de natureza externa ao ser humano.

Foladori (2002) coloca ainda que o critério de medição da natureza ecológica, mesmo que seja tecnicamente impossível, está baseado no conceito de integridade, sem alterações humanas. Considera que quanto menor a ação humana mais sustentável ecologicamente. Essa visão preservacionista é que orienta os debates.

É a partir da adoção da sustentabilidade econômica que a análise da sustentabilidade se complica. O autor questiona como pode agregar crescimento econômico e eficiência produtiva, com base em um sistema capitalista? Como pode este ser congruente com a sustentabilidade ambiental? Foladori (2002) então explica que a crítica ao capitalismo não se sustenta por não existir ainda um modo de produção que possa substituir o modelo vigente.

Para os ambientalistas mais brandos e os economistas ambientais, basta corrigir os processos produtivos para se obter um desenvolvimento capitalista sustentável (PEARCE & TURNER, 1995 apud FOLADORI, 2002). A base deste conceito tem a crença de que ao se substituir os recursos naturais não-renováveis por renováveis, além da diminuição da contaminação, o desenvolvimento sustentável será atingido.

O conceito de sustentabilidade social é abordado por Foladori (2002) como o mais controverso e polêmico e que passou por diversas transformações ao longo de trinta anos. O autor defende que existe um grande problema conceitual entre a sustentabilidade social e a sustentabilidade ecológica, pois, até a década de 1990, a discussão da problemática social estava limitada à pobreza e ao crescimento populacional, gerando contradições na definição dos problemas e se estes tinham caráter ambiental ou social. São justamente nesse período que se aprofundam às discussões sobre o desenvolvimento local e o desenvolvimento territorial, que mais

recentemente conforma a abordagem do desenvolvimento territorial sustentável, com análise centrada nos estudo de tomada de decisão no planejamento e gestão sustentável do território, delimitando assim, o nó górdio na relação sociedade e ambiente: os estudos sobre a racionalidade (VIEIRA, 2009; SAMPAIO et al, 2011).

Na concepção de Foladori e Tomasino (2000 apud FOLADORI, 2002) a sustentabilidade social tinha como pano de fundo os interesses da sustentabilidade ecológica, definindo esta sustentabilidade social como limitada, e sendo esta um instrumento para se atingir a sustentabilidade ecológica. Não se coloca em discussão na sustentabilidade ecológica a capacidade humana e as relações sociais, ou seja, a relação entre ser humano e natureza. Tanto as abordagens que privilegiam o meio ambiente, quanto as que evidenciam as relações sociais de produção, têm por base soluções tecnológicas.

Foladori (2002) aborda a impossibilidade de mudança nas relações sociais de produção. Se a sustentabilidade ecológica coloca que se tratam de mudanças nas relações técnicas, a sustentabilidade econômica sugere que estas mudanças sejam tratadas nos seus aspectos técnicos e não nos meios de produção. Porém, a sustentabilidade social também entra no aspecto técnico sem mencionar as relações de propriedade e apropriação dos recursos e as relações sociais de produção. O principal foco das abordagens sobre a dimensão social está sempre relacionado à diminuição da pobreza e do crescimento populacional.

Este modelo pode ser representado pelo ciclo vicioso que coloca a pobreza como geradora e vítima da degradação ambiental e o desenvolvimento econômico como a solução para a mesma. De outro lado temos o duplo caminho que nem coloca a culpa na pobreza e nem coloca a solução para o equilíbrio ambiental no acúmulo de capital. Conclui que as causas para a degradação ambiental perpassam políticas

governamentais, os grupos de poder e os setores ricos. Fatores como poder e governança por si só não significam alterações das relações sociais de produção. Estas mudanças são descritas por Foladori (2002) através dos movimentos de alta participação que conduzem diretamente a essas alterações.

Um desafio é estabelecer indicadores sociais que reflitam a ativação social. A teoria do Desenvolvimento Territorial Sustentável uma zona integrativa entre Setor Privado, Estado e Sociedade Civil, aprofundada pela análise da dimensão normativa, dos Direitos Humanos; do fenômeno socioambiental; da Ecosocioeconomia; da lógica dos atores e da ação em redes; da lógica da pluralidade, democracia e governabilidade política e da ecologia política de base territorial.

O duplo caminho, como aborda Foladori (2002), traz uma grande discussão: de um lado, garantir às futuras gerações um melhor ambiente ou, de outro, garantir melhores gerações? O primeiro prevaleceu durante os últimos trinta anos do século XX e o segundo passou a ter evidência no final do século XX, com base no incremento das capacidades humanas. Os dois casos, tanto o círculo vicioso quanto o duplo caminho, não significam alterações das relações sociais de produções. Um dos caminhos mais radicais do desenvolvimento social é a participação social. Todas as propostas para combater a pobreza são contrárias às adotadas pelas macro-políticas dos organismos internacionais. Portanto, colocar a participação social como o ponto central da sustentabilidade social surge como objetivo a ser atingido pelos organismos internacionais, e organizações não-governamentais (ONGs) na década de 1980.

Foladori (2002) explica que, ao menos no discurso, a mobilização própria faz parte do tema atual e incita para uma maior consciência e organização social como elementos importantes para as mudanças radicais. O autor faz uma ressalva

quanto à disseminação desse conceito de participação como o mais adequado, questionando a possibilidade real de promover avanços civilizatórios significativos. Sugere outro modelo o da participação interativa, que inclui as pessoas em análises conjuntas, desenvolvimento de planos de ação e da formação ou fortalecimento de instituições locais. A participação nesse caso é vista como um direito, não apenas como um meio a fim de alcançar metas em projetos. A medida que determinam como serão usados os recursos, têm interesse em manter as estruturas ou práticas. Para isso, são utilizadas metodologias interdisciplinares de multipropósito.

Se os anos 1960, 1970 e 1980 foram marcantes na discussão de uma base de pensamento ecológico, os anos 1990 e 2000 foram um marco na análise conjunta das questões ambientais, sociais e desenvolvimentistas.

A Rio-92, conhecida como a Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro em 1992, trouxe como proposta a formulação de uma Agenda 21, um plano de ação da Organização das Nações Unidas para o início do século XXI, fundamentado no conceito de desenvolvimento sustentável, adotado por 170 países. As ações estão previstas a curto, médio e longo prazo, bem como se sugere a formulação de agendas locais e regionais. Diversas propostas, metas e objetivos foram traçados, a fim de conter os impactos da globalização e suas implicações no clima mundial, porém não surtiram resultados significativos.

Dez anos depois, em 2002, na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo, na África do Sul, a Rio+10 como ficou conhecida, redefiniu o foco para a promoção do desenvolvimento sustentável, baseado no desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental. Compreende-se assim, a complexidade e a interdependência dos

problemas sociais, culturais, econômicos e ambientais. Nesse sentido, coloca-se como os pilares para o desenvolvimento sustentável: a sociedade, o ambiente, a economia e a cultura.

O relatório da Conferência Mundial de Johannesburgo apresenta um balanço que sinaliza um quadro crítico da degradação ambiental no planeta e, aliado a este se tem a crise social, o desemprego e a fome provocados pelos efeitos da globalização nas economias dos países periféricos (ARAÚJO, 2003). Neste momento foi reconhecido, através de uma avaliação do Estado do Mundo pela ONU, que as diretrizes estabelecidas pela ECO 92 não tiveram êxito.

O conceito de desenvolvimento sustentável tem sido associado à necessidade de promover a educação ambiental para fomentar modelos baseados na utilização dos recursos, considerando a igualdade e durabilidade. Jickling (1992 apud SAUVÉ, 1997) argumenta que a educação deve permitir que os indivíduos pensem por si, ou seja, compreendam como se dá a relação entre sociedade e ambiente, suas conseqüências, e quais relações devam ser consideradas aliadas à sustentabilidade. Concorda-se com as afirmações proferidas pelos autores quando asseguram que a transição para um futuro sustentável não mais configura um problema técnico ou conceitual, e sim um problema de valores e de empenho político, vinculados a uma racionalidade instrumental. A mesma afirmativa é feita por Leff (2005) sobre a complexidade ambiental, em que se apresenta o contexto atual de abordagem sobre sustentabilidade. Entende-se, portanto, que:

[...] o desenvolvimento sustentável consiste numa transição para um novo estilo de organização da economia e da sociedade e das suas relações com a natureza, prenunciando uma sociedade com equidade social e conservação ambiental. Esta transição de um estilo

insustentável para um sustentável deve, contudo, enfrentar e redesenhar a rigidez e as restrições estruturais, que demandam tempo e iniciativas transformadoras da base da organização da sociedade e da economia (BUARQUE, 1999 apud PATIRI, 2002, p. 40).

Neste sentido, segundo Oliveira e Souza-Lima (2003), os aspectos endógenos ou internos de cada região, com base no paradigma “desde baixo”, amplia os espaços para subjetividade dos moradores locais, ou seja, o fortalecimento da base local tem sido priorizado, principalmente no que diz respeito ao direito da comunidade local de tomar parte nas decisões sobre as estratégias de desenvolvimento para a região que habita.

A sustentabilidade é uma noção integradora, norteadora e indispensável para fomentar a autogestão comunitária e deve ser entendida de acordo com Jarra (1998) como a capacidade que os atores sociais têm de deliberar sobre decisões que impactam sobre sua realidade.

Foladori e Tommasino (2000) comentam e concordam com o posicionamento que apresenta Lélé (1991), no ponto em que propõe que a discussão sobre o desenvolvimento deve esclarecer as diferenças dos conceitos de sustentabilidade social e ecológica, nas quais afirmam estar o principal ponto de contradições. Reafirmam que ambos têm em comum o enfoque técnico e sugere o surgimento de um terceiro enfoque na perspectiva das relações sociais. Os autores, ao abordarem o conceito de sustentabilidade, fazem uma ressalva quanto à evolução do mesmo, pois este é muito vago e tem evoluído com o tempo. O desenvolvimento sustentável implica em haver objetivos e caminhos para o desenvolvimento e, para este não ser contraditório, deve conceber e praticar um desenvolvimento ecológico e social. Ambos os conceitos têm enfoque nas relações técnicas no que se refere à sustentabilidade

ecológica, relações entre seres humanos e o ambiente. Na sustentabilidade social o conceito não é tão evidentemente técnico, pois a palavra social acaba confundindo, no entanto está mediada por soluções técnicas que não alteram as relações sociais existentes. A sustentabilidade social só é abordada quando causa insustentabilidade física ou ecológica, ou seja, na ponte para a sustentabilidade ecológica, os problemas sociais são usados para identificar problemas técnicos. O fato da relação entre o homem e meio ambiente somente ter surgido na literatura recentemente, ao se incluir aí as relações humanas com o meio ambiente, se deve ao fato de que as relações sociais poderiam implicar em insustentabilidade. Estas não caberiam somente por inviabilidade técnica, mas também pelo funcionamento do mercado. Os autores colocam que as causas da insustentabilidade não são técnicas e sim das relações sociais capitalistas de produção.

Veiga (2005) faz uma dura crítica ao modelo de desenvolvimento sustentável em seu livro *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI*. Esta crítica está embasada pela tentativa de se vincular o crescimento econômico contínuo à conservação do meio ambiente. Destaca que para compreender esta relação é preciso observar três vieses a dos comportamentos humanos, econômicos e sociais, da evolução da natureza e da configuração social do território. O conceito de sustentabilidade, segundo Veiga (2005), foi banalizado. Para ele, “[...] a necessidade de se colocar o qualificativo ‘sustentável’ reflete, em última instância, o crescente esgotamento de um dos principais valores dos tempos modernos, e não uma mera insuficiência da noção de desenvolvimento” (VEIGA, 2005, p. 192). O autor considera o desenvolvimento sustentável ainda longe de delinear o surgimento de uma nova utopia capaz de suplantando a velha utopia industrialista, não mais sustentável.

É com a perspectiva de traçar novos horizontes à discussão da sustentabilidade que emerge a teoria do desenvolvimento territorial sustentável, com a preocupação de abranger os aspectos que determinam a tomada de decisão, a partir do estudo da racionalidade, que servem para análise e aplicação de novas metodologias de planejamento e gestão territorial.

O desenvolvimento territorial sustentável segundo Vieira (2009) é uma evolução do conceito e das políticas baseadas no ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável, de caráter sistêmico, fundamentada na crítica a ideologia economicista.

Outras abordagens de desenvolvimento surgiram na década de 1980 e 1990, com base no desenvolvimento local e territorial, acompanhadas por pelas abordagens neoliberais contrárias a essa visão, baseadas nas transformações globais e de abertura das economias nacionais para os mercados externos. Apesar de ter existido em 1988 a incorporação da problemática ecológica na agenda das políticas públicas, esta se deu de maneira fragmentada e aquém do debate acadêmico sobre a relação meio ambiente e desenvolvimento.

As novas abordagens baseadas nos princípios do ecodesenvolvimento, contestam a legitimidade da concepção economicista do fenômeno do desenvolvimento e insere variáveis institucionais, e a necessidade de uma dinâmica mais endógena e socialmente equitativa de desenvolvimento, mesmo que ainda não exclua o viés do desenvolvimento via crescimento econômico. Cabe destacar, o caráter emancipador presente na noção de endogeneidade das dinâmicas do desenvolvimento, emergindo um novo princípio de racionalidade social no campo do planejamento, sem se ater a um estatismo tecnocrático e às limitações autárquico-fragmentadas ou “localista”.

O conceito de ecodesenvolvimento apresenta em seus estudos de casos

realizados na década de 1970 que acometem no estabelecimento de sistemas alternativos de planejamento e gestão, capazes de gerar estratégias de desenvolvimento mais endógenas, participativas, ecologicamente prudentes e sensíveis às características específicas de cada contexto local e regional.

Na análise da relação entre o homem e a natureza a partir do novo paradigma sistêmico, se inserem enfoques subjetivos (ou vivenciais), tais quais as percepções, valores e significações culturais, consideradas como variáveis fundamentais nos estudos e elaboração de estratégias alternativas de desenvolvimento (GODARD & SACHS, 1975). Pautadas num diálogo permanente e horizontal com as comunidades locais, baseado em avaliações locais participativas de ecossistemas e paisagens (ESER, 1997).

Hodiernamente, a partir das contribuições de Sen (2010) surge mais precisamente a dimensão ética dessa nova concepção de desenvolvimento, inculcando a necessidade de apropriação efetivas, por todos cidadãos, do conjunto integral dos direitos humanos fundamentais, e a liberdade de escolha pelo que se compreende por qualidade de vida. Termo presente nas pautas de planejamento e gestão do desenvolvimento.

Dentre as novas abordagens que surgem nos anos 1990 está o desenvolvimento territorial sustentável, na qual se sugere diluir a dicotomia entre o objeto e sujeito, esfera pública e esfera privada, direito público e direito privado, a fim de serem apresentadas respostas mais adequadas à problemática socioambiental.

De um lado sobrepuja o conceito de racionalidade instrumental, instituído por critérios econômicos, baseados em um mundo mais de “meios” do que de “fins” causador de patologias socioambientais, socioespaciais, socioeconômicas, sociopolíticas e socioculturais apresentados por (SEN, 2010). A crítica se acentua pelo

distanciamento entre as transformações trazidas por esses processos e as respectivas soluções aos problemas decorrentes.

O conceito de racionalidade é, desse modo constitutivo e elemento central do conceito de ação social (WEBER, 1996). As perspectivas para os próximos 50 a 100 anos da economia mundial, exige o repensar da racionalidade vigente por trás do processo decisório quando se implementa um modelo de planejamento e de gestão organizacional vinculado à perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável (ALIER, 2007).

Os dados de relatórios climáticos divulgados pelo Intergovernamental Panel of Climate Change (IPCC), formulado pela World Meteorological Organization (WMO), relacionam a mudança climática em curso como principal causa a ação antrópica humana, principalmente após a revolução industrial (WMO-UNE, 2007). Acrescido a esse fator, os Indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH) apresentam uma concentração da riqueza em seis por cento da população mundial, com oitenta por cento de toda a riqueza (PNUD, 2007). Sampaio et al (2011) questionam que lógica ou racionalidade é esta que está por trás da ação social que conduz a tomadas de decisão que gera tamanhos impactos socioambientais?

As mudanças a partir da divisão do trabalho e do dinheiro como instrumento de troca, fez acelerar a produção, o surgimento da metrópole, desumanizou as relações e alteraram substancialmente as decisões, em pese as mudanças nos critérios que anteriormente pautavam as decisões. A razão passa ser fundamentada em critérios de objetivos (meios e fins) e cálculo utilitário das conseqüências. A razão passa a ganhar gradativamente características instrumentais.

Ou seja, a racionalidade instrumental se desenvolve no bojo do processo de desenvolvimento do próprio capitalismo, ao mesmo tempo em que o impulsiona, na

medida em que possibilita o desenvolvimento dos meios técnicos, e absorve os seus conteúdos, em que a partir de certo momento só será considerado racional se servir a algum propósito, normalmente com finalidades econômicas direta ou indiretamente (FERNANDES, 2008 apud SAMPAIO et al, 2011, p, 135).

A crítica elaborada pela Escola de Frankfurt a exemplo de Karl Polanyi (1994) Guerreiro Ramos (1989) dentre outros é que o termo ‘racional’ deixou de ser o ato de pensar e refletir, substituída “medidas organizadas de forma a levar a um objetivo previamente definido, recebendo todos os elementos dessa série de atos uma posição e um papel funcionais” (MANNHEIN, 1962, p.63). Na racionalidade instrumental, não se questiona ou se reflete sobre os fins, crítica essa evidenciada por Horkheimer (FERNANDES, 2008, p.8). Essa mesma racionalidade auxiliou na diminuição da capacidade de julgamento independente dos indivíduos. Que de acordo com Ramos (1989) esse modelo de desenvolvimento pode corresponder a um baixo desenvolvimento ético e moral. Horkheimer (2002) explica que a idéia de razão contida em Hoobes (2000), tinha por objetivo, servir de instrumento para compreender, pensar os fins, no sentido de ‘determiná-los’.

A razão como uma capacidade não só de construir os meios para atingir determinados fins, mas também para julgar ética e moralmente os fins –, a razão como uma capacidade de reflexão sobre as relações sociais e com a natureza. (SAMPALIO et al, 2011, p.136).

A razão descrita por Sampaio et al, (2011) é uma capacidade de reflexão sobre as relações sociais e com a natureza. “A razão tornou-se algo inteiramente aproveitado no processo social. Seu valor operacional, seu papel no domínio dos homens e da natureza tornou-se o único critério para avaliá-la” (HORKHEIMER, 2002, p. 29).

A natureza segundo Horkheimer (2002, p.112) é concebida como instrumento do homem. Essa concepção decorre de uma compreensão de economia, que ignora os valores e utiliza fins irracionais na ótica econômica, estabelecendo uma relação estritamente monetária entre os indivíduos. Na relação entre classes esta prevalecem às relações de força e com a natureza uma relação instrumental (GORZ, 2003). “[a racionalidade econômica] vem ‘colonizar’, reificar e mutilar até mesmo o tecido relacional do qual dependem a integração social, a educação e a socialização dos indivíduos” (GORZ, 2003, p. 107).

A mudança indicada pelo novo paradigma de desenvolvimento territorialista sustentável Leff (2001) é sugere o resgate de outras formas de racionalidade, desvinculada do economicismos e da instrumentalização, considerados estes por Ramos (1989), como causa da maior parte dos problemas atuais, a exemplo da degradação ambiental, da qualidade de vida, a poluição, o desperdício, a exaustão dos recursos naturais, a pobreza.

Contrariando o modelo socioeconômico vigente, mencionado anteriormente, do consumo desenfreado que leva ao desgaste dos recursos naturais e não considera como fundamentais os aspectos relativos às particularidades sociais e culturais, surgiram ao longo das décadas de 1960 e 1970 diversas práticas orientadas à sustentabilidade, dentre elas destacam-se uma das vertentes principais da atividade turística, o ecoturismo e o surgimento de organizações ambientais não-governamentais, a exemplo do Projeto TAMAR.

3. METODOLOGIA

Para elucidar o problema enunciado, da articulação do Projeto TAMAR com o turismo, estabelecem-se alguns pressupostos de pesquisa que nesse

estudo será delimitado apenas pelo pressuposto central da dissertação de mestrado, em função do alcance e limites desse artigo. Sendo este: a articulação entre o Projeto TAMAR e o turismo na Praia do Forte promove o desenvolvimento local/regional, fundamentado em práticas sustentáveis.

Como método de análise para responder à problemática proposta, alcançando os objetivos traçados, adota-se o modelo do estudo de caso, a partir das proposições de Yin (2001), de natureza quantitativa e qualitativa, e caráter exploratório.

Para Yin, o interesse pelo estudo de caso “[...] surge do desejo de se compreender fenômenos sociais complexos” (YIN, 2001, p.21). A estratégia de análise adotada através do estudo de caso examina acontecimentos contemporâneos e amplas variedades de evidências, essencialmente documentos, observação direta e uma série sistemática de entrevistas.

A generalização do estudo de caso se dá à proposição teórica, e não às populações ou universos, ou seja, o objetivo é expandir e generalizar teorias de modo analítico, a partir de um conjunto particular de resultados para uma teoria mais abrangente.

O autor define o estudo de caso como: “[...] uma investigação empírica que: investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto na vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente difundidos” (YIN, 2001, p. 32).

Em outras palavras, afirma que, como estratégia de pesquisa, compreende um método abrangente que incorpora abordagens específicas à coleta e à análise de dados, com o emprego de instrumentos e técnicas de pesquisa qualitativas e quantitativas.

A primeira atividade de campo realizada foi diretamente com os turistas e visitantes, aos quais foram aplicados

formulários de modo exaustivo², inicialmente nos pontos de saída da localidade. Entretanto, observou-se que, o número de pessoas no portal de entrada da cidade, que não havia visitado o Projeto TAMAR era significativo, alterando assim o ponto de coleta de dados, passando-o para o portão de entrada do Projeto TAMAR. A pesquisa com os residentes foi feita de acordo com amostra não probabilística por acessibilidade, devido à indeterminação da população a ser pesquisada. O apoio dado à pesquisa por parte dos visitantes/turistas foi muito significativo para o êxito da mesma.

Para a pesquisa com a comunidade, inicialmente foi calculada uma amostra de 273 formulários entre os 848 domicílios que correspondem a uma população de 1281 habitantes da localidade de Praia do Forte. Contudo, em atividade de campo, percebeu-se que o universo não correspondia à realidade local, pois muitos dos domicílios implantados em função de segunda residência estavam contabilizados. Por conta disso, a amostra foi redefinida com base nos domicílios não situados em condomínios de luxo fechados, pela dificuldade de acesso, passando a constar um universo de 400 domicílios. Porém, quando se retornou à campo, percebeu-se novamente uma grande quantidade de segundas residências e de empreendimentos comerciais, reduzindo a amostra, novamente, para 200 domicílios, gerando um total de 84 domicílios a serem pesquisados. A técnica amostral foi a probabilística aleatória simples³.

Para a elaboração do formulário a ser aplicado com a população, se trabalhou com um grupo focal,

Uma técnica de Pesquisa na qual o Pesquisador reúne, num mesmo local e durante um certo período, uma

² O questionário foi aplicado conforme amostra não probabilística por acessibilidade, por 2 pesquisadores, horas seguidas, durante 7 dias, das 9h:00 às 17:00 horário de funcionamento do Projeto TAMAR.

³ Nível de confiança de 95%, população de 200 domicílios e erro mínimo admitido de 5%.

determinada quantidade de pessoas que fazem parte do público-alvo de suas investigações, tendo como objetivo coletar, a partir do diálogo e do debate com e entre eles, informações acerca de um tema específico. (CRUZ NETO; MOREIRA; SUCENA, 2002, p.3).

Após a aplicação do grupo focal se aplicou um questionário piloto. Tomou-se como base que, a partir do primeiro domicílio entrevistado, se contaria 3 casas, aplicando a entrevista na 4ª casa, e assim sucessivamente.

Com os empresários, as ONG's e os dirigentes e funcionários do Projeto TAMAR se realizaram entrevistas estruturadas, definindo-se uma amostra não probabilística intencional representativa, superior a 30 entrevistados⁴.

Os métodos de coleta de dados e os instrumentos de pesquisa empregados utilizam técnicas qualitativas e quantitativas, a saber, formulário e entrevista estruturada.

Como técnica de pesquisa, e para aumentar a confiabilidade, é preciso manter o encadeamento de evidências, ou seja, o observador externo deve perceber que qualquer evidência proveniente de questões iniciais da pesquisa leva às conclusões finais do estudo de caso, e em qualquer direção:

1. Retomando as inferências para encadear com os métodos infere-se que a articulação promove o desenvolvimento local/regional, fundamentado em práticas sustentáveis: a) impulsionando novas oportunidades; b) fomentando o ordenamento da atividade turística de modo integrado; c) articulando a comunidade e incentivando a formação de capital social;
2. As principais técnicas qualitativas utilizadas foram: documentação

⁴ Embora a amostra seja não probabilística, os resultados permitirão uma visão de conjunto com base no Teorema Central Limite por ser superior a 30 (trinta) – limite inferior ao teorema.

oficial, registro em arquivo, entrevistas, observações, fotografias, fontes bibliográficas secundárias, impressos, material cartográfico e pesquisa exploratória; 3. As técnicas quantitativas se reafirmam a partir da utilização de indicadores de impactos positivos e negativos, entre eles: a) empregos diretos: vinculados ao turismo, ao Projeto TAMAR, sob normas da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) e terceirizados; b) empregos indiretos: vinculados às atividades produtivas que interagem diretamente e indiretamente com o turismo e projetos sócio-ambientais estimulados pelo desencadeamento do TAMAR.

As técnicas qualitativas e quantitativas foram cruzadas para apresentar um cenário passível de análise da forma mais completa possível, como é esperado em um estudo de caso. Para isso são também analisados: a) instrumentos de ordenamento territorial disponíveis: zoneamento, plano diretor e plano de manejo; b) oportunidades criadas: tipologia do turismo e perfil do turista; c) para a coleta de dados foi utilizado questionário fechado aplicado diretamente com os responsáveis legais do Projeto TAMAR, empresários, entidades públicas e organizações do terceiro setor, que gerenciam a atividade turística e determinam o ordenamento territorial; d) as informações sobre a infra-estrutura turística e o fluxo de visitantes são obtidas a partir de fontes secundárias, publicações, e consultas a arquivos públicos municipais e estaduais; e) a análise de conteúdo das entrevistas realizadas é apresentada em forma de texto; f) o agrupamento das investigações é feito através de mapas analíticos, a partir dos pressupostos adotados e dos indicadores levantados.

4. A RELAÇÃO ENTRE O PROJETO TAMAR E O TURISMO NA PRAIA DO FORTE – BAHIA

A tomada de consciência ecológica é um dos pontos centrais para a promoção do desenvolvimento sustentável, sobretudo em áreas turísticas. Esta problemática coloca a necessidade de programas de sensibilização, para aliar os interesses econômicos e sociais às questões ambientais, o que a torna constante em análises e planejamentos regionais e de fomento da atividade turística como ponto fundamental e de extrema relevância para a definição de programas que possam orientar práticas sustentáveis.

O crescimento econômico desordenado, não gerador de desenvolvimento efetivo, sobretudo da atividade turística, produz uma pressão antrópica sobre os ambientes frágeis. Seu impacto apresenta dimensões variadas de forma a expandir-se por todos os segmentos: econômicos, sociais, culturais, ambientais e espaciais concordando com a consigna de Capra (1996) de que os problemas mais críticos enfrentados hoje pelo homem - seja em nível político, econômico, social, de saúde ou ecológico - integram uma complexa crise de percepção da realidade. O Projeto TAMAR está pautado no ciclo de vida de uma espécie marinha, tem a possibilidade de formar uma consciência ecológica na comunidade, e sensibilizar o visitante na sua articulação com o turismo, incidindo em relações tanto com o *trade* turístico quanto com o visitante/turista, gerando impactos de dimensão local/regional. Por isso, este, estrategicamente situado em Praia do Forte, foi definido como objeto deste estudo. O modelo de Educação Ambiental do TAMAR, se analisado na perspectiva de Sauv  (1997), pode ser representado pela Figura 1.

Esta classificação remete ao uso do ambiente de acordo com sua funcionalidade, atendendo interesses distintos e, por isso, dificulta e promove dentro da Praia do Forte, diversas visões e posicionamentos sobre a atuação do Projeto TAMAR.

Em Praia do Forte foram relatadas algumas ações isoladas de coleta seletiva do lixo em 2006, sem nenhum amparo do poder público, atualmente é feita a coleta seletiva no município e no Projeto TAMAR. De outro modo, a educação ambiental desenvolvida pelo Projeto TAMAR ao longo de sua existência, contribuiu para alterações de valores individuais e, pouco contribuiu para alterações de valores coletivos, explicados por Jacobi (1997), como alterações no consumo. No que tange à preservação das tartarugas marinhas, não pode ser generalizado a outros comportamentos, pois a tartaruga representa a sobrevivência do próprio destino. Não estando assentada nas três dimensões de Teitelbaum (1978), como prática social concreta, como uma personalidade nacional, em busca de seu destino histórico, bem como, integrantes de uma comunidade internacional. Portanto, não promove a “práxis” descrita por Paulo Freire (1980), uma vez que a tomada de consciência não é considerada conscientização, para isso é preciso chegar a uma esfera crítica, e o homem assume uma posição de ator que produz conhecimento, diante do objeto.

Em Praia do Forte a insustentabilidade social só é abordada para servir de ponte para a sustentabilidade ecológica, pois o interesse maior é a promoção de uma paisagem adequada ao perfil do visitante/turista, sem realmente os detentores do capital e do poder estarem preocupados em transformações mais profundas, conforme explica Foladori e Tommasino (2000).

Diante da configuração apresentada pela Figura 1, não se pode enquadrar o

Projeto TAMAR dentro de uma visão única, conforme expressa Lima (1997). O que seria mais adequado à complexa realidade local e de múltiplos atores, seria aproximar a análise da perspectiva de Foladori e Tommasino (2000), conforme explica o diagrama (figura 2).

Ao se definir a Praia do Forte como destino de turismo de lazer, na realidade, tem-se o interesse de não se comprometer com as limitações que requer o ecoturismo.

Diante da descrição dos resultados obtidos com a pesquisa de campo realizada junto à comunidade, turista/visitante, gestor do Projeto TAMAR e proprietários hoteleiros, a seguir apresentam-se as análises dos resultados do pressuposto de pesquisa a fim de responder as questões levantadas, mesmo que de forma incipiente.

Aceitação do produto turístico da Praia do Forte pelo turista, no qual 99,2% recomendariam Praia do Forte à outra pessoa e destes 87,4% pensam em voltar à localidade, indica um produto turístico consolidado e com estratégias competitivas orientadas ao seu público alvo. O Projeto TAMAR é o principal fator de decisão de sua viagem, correspondendo a 67,9%, criando um grau de confiança e nível de frequência, em função da integração vertical, conforme explica Alban (2006).

Verificou-se que 61,5% dos turistas e 59,5% da população acreditam que a visita ao Projeto TAMAR sugere ou faz refletir sobre a importância de adotar um novo comportamento em relação à preservação ambiental, mostrando que a capacidade de atuação de um projeto de conservação ambiental pode promover a educação ambiental, mesmo que de ordem individual (JACOBI, 1997), independente de sua origem, o que se reflete nos resultados de 76,3% dos turistas e 48,8% da comunidade, tem hábito de separar o lixo. Cabe ressaltar que na localidade não existe nenhum amparo municipal para realização de coleta seletiva, esta atividade ocorre por mobilização própria. Além disso, poucos são

aqueles que costumam marcar e retirar elementos do ambiente visitado.

O TAMAR surge como o grande atrativo turístico da região, colaborando em 66,7% para a venda do produto ou serviço ofertado pela comunidade e 38,46% dos empresários acreditam que este ajuda em torno de 40% a 80% para a venda dos seus produtos e serviços.

Algumas práticas voltadas a minimizar os problemas ambientais e socioculturais são descritas pelo TAMAR: a Creche e o Guias Mirins, além do trabalho com a pesca oceânica, desfocando a atenção do litoral e da pesca da tartaruga marinha. No entanto, vale ressaltar que de acordo com os posicionamentos de Lima (1997) e Foladori (2002) e Foladori & Tommasino (2002), os diferentes enfoques dado a natureza, fazem questionar as contribuições do Projeto TAMAR em Praia do Forte, se estes estão alinhados com a sustentabilidade ou se são apenas um grande produto turístico utilizando-se do recurso da natureza.

Entretanto, se abordada a questão da promoção do desenvolvimento local/regional, percebe-se que há um hiato entre comunidade e os novos padrões de ocupação, por conta de uma maior concentração de renda, custo de vida elevado para a população, “obrigando” a comunidade a migrar para outros lugares da região. Esta imposição que ocorre de cima para baixo, não se encontra articulada aos conceitos de desenvolvimento sustentável e desenvolvimento endógeno. A forma de racionalidade encontrada entre a relação homem e meio ambiente reflete a reprodução do modelo de desenvolvimento vigente, de apropriação ao máximo dos recursos. Para 85,7% da comunidade houve alteração na paisagem da localidade, de um lado estão aqueles que acham que ficou mais bonita, com paisagismo, e de outro lado os que acreditam que com a chegada da infraestrutura turística houve degradação do

meio ambiente, acrescida pelo barulho do fluxo intenso de pessoas.

Os padrões dos empreendimentos imobiliários e hoteleiros são extremamente destoantes com as características de uma vila de pescadores, como era conhecida a localidade de Praia do Forte e hoje nem os moradores, os hoteleiros e mesmo os turistas, reconhecem esta qualidade. Isso se dá em função da destruição dos recursos naturais e do seu uso indevido, alterando totalmente a paisagem e o comportamento da comunidade.

Apesar de ainda haver a coexistência entre turismo e projetos de Educação Ambiental, como relata o diretor do Centro de Visitantes do TAMAR, se insistirem no avanço do padrão de ocupação vigente a tendência é que tanto o turismo, quanto estes projetos venham sofrer e provocar danos, podendo caminhar-se para além da situação de conflito.

5. CONCLUSÕES

Ao questionar se há articulação entre o Projeto TAMAR e o Turismo em Praia do Forte, diversos aspectos positivos e negativos devem ser considerados. O primeiro se refere ao fortalecimento do produto turístico local, com base na relação entre sociedade e natureza aliado às questões de conservação ambiental, que ainda não se configura enquanto produto ecoturístico. O segundo é a qualificação da oferta turística consoante ao padrão exigido de desenvolvimento do ecoturismo. Esta é destoante pelas mudanças na paisagem promovidas pela expansão imobiliária e comercial, com deslocamento da comunidade para áreas à margem da zona costeira. O terceiro é a representação sócio-cultural de ambos para com a comunidade, na formação de laços de confiança a fim de que se configure o capital social na localidade, aliado ao primeiro e segundo

fatores. Estes laços não podem ser configurados em função da ausência de ações de cooperação entre os diversos atores, pois o desenvolvimento do turismo se dá de cima pra baixo, sem participação da comunidade e representando uma mudança sócio-cultural profunda, pois a vila hoje não mais se caracteriza como local de pescadores.

Cabe destacar que alguns pontos de estrangulamentos foram diagnosticados, no que se refere à alteração da infraestrutura e paisagem da localidade, com crescente destruição dos recursos naturais, em função de empreendimentos imobiliários privados e hoteleiros. Porém, a aglomeração de diversas entidades de preservação ambiental aliadas aos recursos turísticos da região, favorece uma formação de consciência ambiental individual que, de um lado, coloca a comunidade como parte desse processo e, de outro, faz do turismo seu grande aliado para manutenção das entidades. Contudo, não há uma interação efetiva entre o turismo e o Projeto TAMAR, estes coexistem e são interdependentes. A falta de uma integração, dificulta a formulação de estratégias conservacionistas, que possam frear o avanço da ocupação imobiliária na localidade. Isto se dá, porque fora do eixo da comunidade e das entidades ambientais, o segmento de mercado ainda não se configura com esse perfil ambientalista, havendo uma exploração comercial do verde, que por trás não está alinhada à problemática ambiental, muitas vezes estando mesmo em confronto com as tentativas de práticas sustentáveis na localidade. Ao longo do estudo pôde-se perceber uma incongruência entre teoria e prática do ecoturismo, pois muitas vezes o termo é subjugado à utilização do recurso natural apenas, ou como um produto de melhor aceitação no mercado, não atendendo aos seus pressupostos de sustentabilidade.

Os resultados obtidos informaram que a articulação entre o Projeto TAMAR e

o turismo na Praia do Forte, ocorreu desde seu surgimento, quando há uma clara visão mercadológica do Klaus Peters em associar o Resort Praia do Forte com a preservação ambiental das tartarugas marinhas. Esta articulação ao longo do tempo não se consolida, pois o Projeto TAMAR realiza suas ações independentemente das demais ações voltadas para o turismo na região. No entanto, a associação entre a tartaruga ao produto turístico da Praia do Forte, ocasionou um poder de atração de visitantes/turistas e conseqüentemente de investimentos públicos e privados.

O perfil dos empreendimentos implantados a partir da década de 1990, descaracterizou a vila de pescadores de Praia do Forte, com alteração de paisagem, mudança da comunidade para áreas mais distantes e um extremo apelo do marketing “verde”. Poucas são as ações que têm a finalidade de promover uma consciência ambiental e mudança social. Geralmente estas estão relacionadas com o uso da natureza como recurso turístico e não propriamente orientadas para as necessidades da comunidade. Este modelo de governança em Praia do Forte, porém, não pode ser tratado como um exemplo de turismo sustentável, pois deixa de levar em conta diversas territorialidades presentes.

O crescimento da Praia do Forte não se dá totalmente de forma desordenada, entretanto privilegia os atores econômicos hegemônicos exógenos determinando o padrão de ocupação do território, e a tendência é o desaparecimento das pousadas de pequeno porte.

O Projeto TAMAR por ser o principal atrativo e por ter sua vinculação com o turismo, desde seu momento de criação, pode ser o grande gancho para as discussões sobre sustentabilidade na localidade, aliada aos demais projetos de Educação Ambiental, no entanto para isso não pode ser atuante desarticulado, há uma necessidade de cooperação entre os diversos atores, caso ainda não presenciado em

relação as discussões ambientais e nem em ações públicas de planejamento turístico. Afinal, o TAMAR, com seu trabalho na comunidade, conseguiu gerar um nível de conscientização, com origem na divulgação de um ciclo de vida da natureza: a tartaruga marinha, o que deve continuar sendo sua maior preocupação e ponto de partida para os novos desafios ambientais que surgem na contemporaneidade. Este conceito fica evidente nos relatos dos turistas e da comunidade, nos procedimentos adotados ao se deparar com um problema ambiental referente a uma espécie. Verifica-se ainda, algumas atividades que, mesmo isoladas e sem apoio de nenhuma entidade, são praticadas, a exemplo da coleta seletiva de lixo. Mesmo diante dos contrastes existentes, o volume de atividade turística e do TAMAR acaba provocando certo efeito positivo na comunidade.

Ao se definir a Praia do Forte como destino de turismo de lazer, na realidade, tem-se o interesse de não se comprometer com as limitações que requer o ecoturismo. Enquanto a natureza for tratada como um recurso a ser apropriado e dominado, a dimensão social continuará limitada apenas a servir de meio para se atingir a sustentabilidade ambiental. Portanto, diante das conclusões que resultaram dos objetivos propostos, percebe-se que ainda não se pode dizer que há a formação de um desenvolvimento local/regional com base sustentável em Praia do Forte. O que ocorre é, basicamente, a reprodução dos padrões de produtos ecoturísticos que tendem a usufruir do “verde” sem agregar valor maior para a comunidade. Os pontos de estrangulamento entre o turismo e o Projeto TAMAR ainda permitem a coexistência dos mesmos. Entretanto, em uma perspectiva futura fica o questionamento da viabilidade de tal conjunção.

Conforme afirma Alban (2006), o modelo de governança em Praia do Forte foi determinante para colocá-lo como um destino consolidado. Porém, tratá-lo como

um exemplo de turismo sustentável é deixar de levar em conta diversas distorções territoriais presentes. A primeira, uma exclusão social, promovendo a desterritorialização, em função do oportunismo da atividade turística pelos agentes externos. Segundo, o padrão de urbanização e paisagístico que não condiz com a preservação e manutenção dos recursos ecológicos. Terceiro, há uma forte perda de identidade cultural local, pois já não possui característica mais de vila de pescadores.

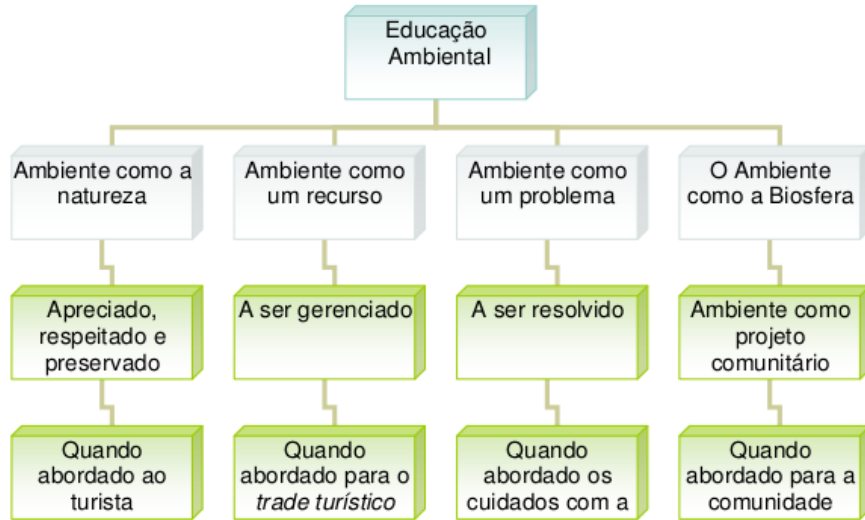
Portanto, estamos falando de sustentabilidade do turismo? Ou turismo sustentável? O primeiro, recorre à sua sustentabilidade enquanto atividade econômica, o segundo, como o turismo vai se adequar contribuir para a sustentabilidade no âmbito global. O ecoturismo seria esta possibilidade? Ou os limites de capacidade de carga seriam suficientes? E o enlace socioeconômico? E os seus impactos, como medir e responsabilizar?

Estas respostas em parte estão presentes nos instrumentos de planejamento e ordenamento territorial, a exemplo do ZEE. Na definição do ZEE, a Zona de Proteção Rigorosa, na qual está situado o Projeto TAMAR, as atividades que deveriam ser permitidas são as de visitação contemplativa, pesquisa científica e trilhas ecológicas controladas, e proibidas as atividades antrópicas. Porém, na prática, o turismo que se desenvolve é o turismo de massa, sem nenhum controle de capacidade de carga. Além disso, na Zona de Orla Marítima, foram construídos diversos hotéis, que interferem com a iluminação nas áreas de desova das tartarugas. Os empreendimentos turísticos, ao se instalarem nas Zonas de Ocupação Rarefeita e Ocupação Especial, devem apresentar soluções para o saneamento básico e Estudo Preliminar de Impacto Ambiental. No entanto, os estudos de impacto ambiental, não privilegiam um estudo da capacidade de suporte do destino. Na Zona Turística e

Zona Turística Especial, onde os investimentos do PRODETUR e a Vila da Praia do Forte estão inseridos, prevê-se uma vocação turística de baixa densidade. Entretanto, Praia do Forte recebe somente por conta da visitação ao Projeto TAMAR um fluxo de visitantes superior a 500.000 mil pessoas por ano. A comunidade da Praia do Forte foi deslocada para as localidades do outro lado da rodovia BA-099, na Zona de Urbanização Prioritária, a exemplo de Curralinho e Açú da Torre, que carecem de infraestrutura básica.

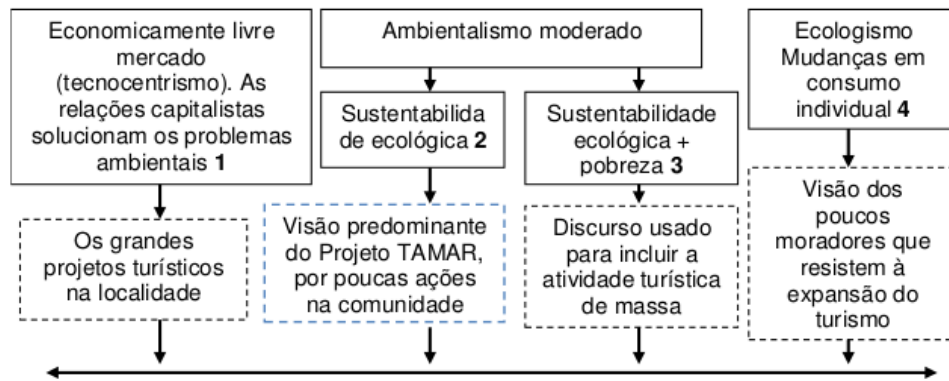
Algumas conclusões a respeito da articulação entre Projeto TAMAR e o turismo em Praia do Forte apresentam um cenário de incertezas quanto ao caminho da mesma, pois, se atualmente ambas as atividades coexistem, no futuro os conflitos podem se sobrepor. Este cenário decorre do fato da atividade turística fazer uso da natureza como um recurso a ser apropriado e dominado pelo turismo, bem como os diversos enfoques proferidos à natureza pelo Projeto TAMAR ofuscam as possibilidades de promoção de um desenvolvimento local/regional de base endógena. Cabe destacar que o modelo de governança aplicado em Praia do Forte, não foi suficiente para conter as imposições do capital externo na comunidade, por conta disso houve uma maior ênfase ao desenvolvimento da atividade turística, com menor ênfase na formação de um capital social, ou seja, uma consciência ambiental coletiva, que pudesse orientar um modelo de desenvolvimento turístico fundamentado na vontade da comunidade. Na verdade, o que surge são mais questionamentos do que respostas e, portanto, espera-se que, ao longo deste estudo, tenha sido possível contribuir para o entendimento da relação entre turismo e ambientalismo, as possibilidades de atuação articuladas e as estratégias que se podem obter a partir das análises da pesquisa de campo. Compreende-se que, para o entendimento da problemática apontada, foi necessário um amplo contexto de abordagem e análise, no que se espera ter contribuído para futuras pesquisas.

FIGURA 1 – ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO PROJETO TAMAR



Fonte: Análise da autora.

FIGURA 2 – DIAGRAMA DA SUSTENTABILIDADE



Fonte: Foladori e Tommasino (2000, p. 72).

Referências

ALBAN, Marcus. **A insustentabilidade do turismo no Brasil e o sucesso da Praia do Forte**: Uma análise exploratória com base na Nova Economia Institucional. Trabalho apresentado no IX Seminário Internacional de la Red Iberoamericana de Investigadores en Globalización y Territorio – Bahia Blanca, Argentina, meio de 2006.

ALIER, J. m. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2007.

ARAÚJO, L. C. de. Do global ao local: globalização, desenvolvimento sustentável e ecologia – os três grandes paradigmas do fim do século. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano V, n.8, p.33-39, Julho 2003.

BUARQUE, S. C. Desenvolvimento sustentável: conceitos e desafios. **Bahia Análise & Dados**, Salvador v.6, n.2, p.05-15, 1996.

BRITO, V. C. **Turismo desenvolvimento local/regional e sustentabilidade: estudo de caso do projeto Tamar em Praia do Forte-Bahia**. Dissertação de mestrado. Mestrado em Análise Regional. Salvador: Universidade Salvador – UNIFACS, 2008.

CAPRA, F.. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos . São Paulo: Cultrix, 1996.

CMMAD. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Comissão Brundtland). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M. R.; SUCENA, L. F. M. Grupos focais e pesquisa social qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. In: XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS - ABEP, 4 a 8 de novembro de 2002, Ouro Preto. **Anais...**Ouro Preto, 2002. Compact Disc.

FERNANDES, V. Racionalização da vida como processo histórico: crítica à racionalidade econômica e ao industrialismo. **Cadernos da EBAPE**. BR: São Paulo:

FGV/EBAPE, 2008.

FOLADORI, G. Avances y límites de la sustentabilidad social. **Economía, Sociedad, Territorio**. Vol III, Num. 12, 2002, 621-637.

FOLADORI, G.; TOMMASINO, H. El enfoque técnico y el enfoque social de la sustentabilidad. **R. Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 98, p. 67-75, jan./jun. 2000.

FREIRE, P. **Conscientização**: Teoria e Prática da Libertação. Uma Introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980.

GODARD, O. Le développement durable et le devenir des villes. **Futuribles**, 209: 29-35, 1996.

GODARD, O. & SACHS, I. L'environnement et la planification. In: BARRAU, J. (Org.). **Environnement et qualité de la vie**. Paris: Guy le Prat, 1975.

GORZ, A. **Metamorfoses do trabalho**: crítica da razão econômica. São Paulo: Annablume, 2003.

HOBBS DE MALMESBURY, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Nova Cultural (Coleção Os Pensadores), 2000.

- HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. São Paulo: Centauro, 2002.
- JACOBI, P. R. Meio ambiente e sustentabilidade. In: CEPAM. (Org.). **O Município no século XXI**. São Paulo: CEPAM, 1999, v. , p. 175-184. Disponível em: <<http://www.fatma.sc.gov.br/servico/download.htm>>. Acesso em: mai. 2009.
- JARA, C. J. **A sustentabilidade do desenvolvimento local**. Brasília-DF: IICA; Recife: Seplan, 1998.
- LEFF, E. Construindo a história ambiental da América Latina. **Esboços** - Revista do do Programa de Pós-graduação em História da UFSC. Florianópolis: UFSC/ Gráfica Universitária, n. 13, 2005. p.11-30, Semestral.
- _____. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.
- LÉLÉ, S. **Sustainable Development**: a critical review. || World Development, 1991.
- LIMA, G. F. da C. O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável. **Revista Eletrônica "Política e Trabalho"** - Setembro 1997, p. 201-202.
- MANNHEIM, K. **Sociologia sistemática**. São Paulo: Pioneira, 1971.
- _____. **O homem e a sociedade**: estudos sobre a estrutura social moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável**: Meio Ambiente e Custos Sociais no Moderno Sistema Produtivo de Mercadorias. Florianópolis: UFSC, 2001, p. 46-47.
- OLIVEIRA FILHO, J. E. Gestão ambiental e sustentabilidade: um novo paradigma econômico para as organizações modernas. Domus online: **Revista Teoria Política Social Cidade**. Salvador, v1, n.1, jan/jun. 2004. disponível em: <http://fbbbr/downloads/domus_jaime.pdf>. Acesso em 14 jun. 2005.
- OLIVEIRA, G. B.; SOUZA-LIMA, J.E. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista FAE**, Curitiba, v.6, n.2, p.29-37, maio/dez. 2003.
- PATIRI, V. J. A. **Projetos ecológicos e o desenvolvimento local**: estudo de caso do Projeto Tamar. 2002. 217f. Dissertação (Mestrado em Administração. Mestrado Profissional) Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- PNUD, Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. **Informe sobre desarrollo humano – 2007-2008**. Madri: Ediciones Mundi-Prensa, 2007.
- POLANYI, K. **El sustento del hombre**. Barcelona: Mondadori, 1994.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: FGV, 1989.
- SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel: Fundap, 1993.
- _____. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986. pp. 09-43.
- SAMPAIO, C. A. C.; MANTOVANELI JUNIOR, O.; FERNANDES, V. Racionalidade de Tomada de Decisão para o Planejamento e a Gestão Territorial Sustentável. **Redes** (Santa Cruz do Sul. Impresso), v. 16, p. 131-155, 2011.

- SAUVÉ, L. Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: uma análise complexa. **Revista de Educação Pública**, v 6, nº10, p.72-102, 1997.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**, 2010. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.
- TEITELBAUM, A . **El papel de la Educación Ambiental en America Latina**. UNESCO, 1978.
- VIEIRA, P. F. Políticas Ambientais no Brasil. Do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável. **Política & Sociedade**, n 14 abril de 2009. p 26-75
- VEIGA. J. **Desenvolvimento sustentável: o desafio para o século XXI**. São Paulo: Garamond, 2005.
- WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1996.
- WMO, World Meteorological Organization - UNEP, United Nations Environmental Programme. **Intergovernmental panel on climate change**. Paris, February, 2007.
- YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Recebido em 02/05/2013
Aprovado em 14/05/2013